

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: ei9mbq9j SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 08/02/2023 Projeto de lei nº 70/2023 Protocolo nº 391/2023 Processo nº 367/2023	
Autor: Dep. Thiago Silva		

Dispõe sobre a afixação de cartazes em Cartórios de Registro de Imóveis informando sobre a gratuidade contida no art. 290-A da Lei Federal nº. 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam os Cartórios de Registro de Imóveis do Estado de Mato Grosso obrigados a afixar, em local de fácil visualização, cartazes informando aos usuários acerca da isenção do recolhimento de custas e de emolumentos contidos no art. 290-A da Lei Federal nº. 6.015, de 31 de dezembro de 1973, quais sejam:

I - o primeiro registro de direito real constituído em favor de beneficiário de regularização fundiária de interesse social em áreas urbanas e em áreas rurais de agricultura familiar;

II - a primeira averbação de construção residencial de até 70m² (setenta metros

quadrados) de edificação em áreas urbanas objeto de regularização fundiária de interesse social;

III - o registro de título de legitimação de posse, concedido pelo poder público, de que trata o art. 13, §1º, da Lei Federal nº. 13.465, de 11 de julho de 2017, e de sua conversão em propriedade;

IV - o registro do título de transferência do direito real de propriedade ou de outro direito ao beneficiário de projetos de assentamentos rurais promovidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com base nas Leis Federais nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, ou em outra lei posterior, com finalidade similar.

Art. 2º. Os cartazes deverão medir, no mínimo, 297x210 mm (folha A4), com escrita legível, contendo o seguinte texto:

“(Art. 290-A da Lei Federal nº 6.015/73)

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
---	--	---

São gratuitos:

- primeiro registro de direito real constituído a beneficiário de regularização fundiária de interesse social (urbana ou área rural de agricultura familiar);
- primeira averbação de construção residencial de edificação urbana objeto de regularização fundiária de interesse social (até 70 m2);
- registro de legitimação de posse concedido pelo poder público e conversão em propriedade;
- registro de título a beneficiário de projetos de assentamento rural promovido pelo INCRA”.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A proposta apresentada tem por finalidade obrigar a afiação de cartazes em todos os Cartórios de Registro de Imóveis do Estado de Mato Grosso informando aos usuários acerca da isenção de recolhimento de custas e emolumentos contidos na Lei Federal n. 6.015, de 1973.

Os cartazes informarão a população dos benefícios sociais legais que facilitam a regularização fundiária de interesse social urbano ou rural o acesso ao registro público da posse e domínio, conferindo acessibilidade do povo lutador na sofrida subsistência e existência a documentação daquilo que sempre foi seu objetivo de vida e sustento.

Necessário destacar que a proposta legislativa nunca pretendeu se imiscuir na organização dos serviços e regras da atuação cartorária que tem reserva de competência privativa ao Chefe do Poder Judiciário, mas prestigiar o acesso à informação da população que frequenta os espaços em busca do serviço público de registros imobiliários.

Assim, peço aos Nobres pares que apoiem a presente proposta legislativa para levar informação de direitos e acesso à gratuidade ao nosso povo batalhador e aguerrido de Mato Grosso.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbours” em 23 de Janeiro de 2023



Estado de Mato Grosso
Assembleia Legislativa



Thiago Silva
Deputado Estadual